

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Roque de Sá/ Agência Senado



Senador tenta se desvincular de punições dos EUA

Carta de Flávio para Rubio foi decidida às pressas

A decisão de o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) enviar uma carta para o governo norte-americano foi tomada por sua equipe de comunicação para ao menos tentar conter os comentários que atribuíam a ele parte da responsabilidade pelo novo tarifaço de Donald Trump.

Na avaliação desse grupo, era preciso agir rápido para diminuir a associação de sua recente visita aos Estados Unidos com as novas medidas protecionistas.

A disseminação, em redes sociais, do apelido de “Tari-flávio” e da expressão “Traição ao Brasil” indicou a necessidade de uma providência rápida, daí a decisão para que Flávio gravasse um vídeo e mandasse a carta, endereçada ao secretário de Estado, Marco Rubio.

Novas tarifas

A carta e outros gestos de Flávio Bolsonaro têm o objetivo de tentar impedir que ele acabe sendo considerado o principal responsável pelas medidas contra o país.

No texto, ele elogia a decisão norte-americana de classificar o PCC e o CV de organizações terroristas, indica pontos frágeis da economia brasileira e pede que os EUA não imponham tarifas ao Brasil. Horas depois do envio da carta, novas punições foram anunciadas.

Lula Marques/Agência Brasil



Para Sóstenes, candidato do PL é a solução

Bolsonaristas: a culpa é de Lula

Diante das medidas previstas pelos EUA e da reação violenta do governo brasileiro, o PL decidiu tentar inverter o jogo: resolveu responsabilizar o presidente Lula (PT) pelos problemas.

Líder do PL na Câmara dos Deputados, Sóstenes Cavalcante (RJ) ressalta o que classifica de ataques de Lula a Donald Trump e a Marco Rubio. Afirma que essas críticas do brasileiro, “loucuras”, em nada contribuem para a melhoria da situação, e só pioram as relações entre os dois países.

Paz na relação

Pela lógica do PL, os problemas entre Brasil e Estados Unidos só seriam resolvidos com a eleição de Flávio Bolsonaro para a Presidência.

O alinhamento do senador com a Casa Branca permitiria — de acordo com Sóstenes — um relacionamento tranquilo e sem choques, diferentemente do que vem ocorrendo.

A marca de Jair

O líder do PL também minimiza a chance de Flávio Bolsonaro ser responsabilizado pelos ataques do governo dos Estados Unidos ao Pix. Ressalta que o sistema de pagamento foi lançado durante o mandato de Jair Bolsonaro — assim, não faria sentido se seu filho agisse contra o mecanismo.

Origens

A criação de um mecanismo simples de transferência de valores começou a ser cogitada pelo Banco Central ainda no governo de Dilma Rousseff e ganhou força durante a gestão de Michel Temer. O lançamento do Pix ocorreu em 2020, quando Bolsonaro ocupava a Presidência da República.

Rubio no alvo

Ao centrar suas críticas em Marco Rubio, Lula tenta preservar sua relação com Donald Trump. Procura jogar todo o peso dos problemas no secretário de Estado, representante dos setores mais duros do Partido Republicano. Seus pais deixaram Cuba três anos antes da revolução liderada por Fidel Castro.

Isenção fardada

Suplente do senador licenciado Jorge Seif (PL-SC), o empresário do setor de empresas de ônibus Hermes Klann (PL) assumiu o mandato no último dia 5: 16 dias depois, tratou de protocolar no Senado um projeto de lei para isentar militares, policiais militares e bombeiros, ativos e aposentados, do pagamento de imposto de renda.

Indicação

O projeto é tão amplo que estende os benefícios até para PMs e bombeiros dos territórios — entes federativos que deixaram de existir por determinação da Constituição de 1988. Klann virou suplente na chapa de Seif por indicação do empresário do setor varejista Luciano Hang, das Lojas Havan.

Mais benefícios

Outro senador do PL, Izalci Lucas (DF) apresentou emenda ao projeto que estende o benefício da isenção de imposto de renda aos policiais civis do Distrito Federal. O Senado abriu, em sua página, uma consulta pública sobre o projeto de Klan: ontem, 82,9% eram favoráveis à concessão do privilégio.



Cleitinho para Alcolumbre: “Paute essa PEC logo”

Alcolumbre: fim da 6x1 não irá direto para plenário

Presidente do Senado segura pressão até de opositoristas

Por Gabriela Gallo

Após a semana com feriado, a expectativa é que o Senado Federal defina o cronograma e o relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221/2019 que reduz a jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas semanais e determina o fim da escala 6X1 (quando o empregado trabalha seis dias da semana e descansa somente um).

Apesar disso, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), não tem pressa. Ele confirmou que se reunirá com as lideranças da Casa para discutir o tema e destacou que a proposta não irá direto para discussão no plenário, mas será analisada nas comissões primeiro.

Como adiantou o Correio da Manhã, a tendência é que ele não retarde a discussão da medida, mas também não acelere como fez o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB).

“Não é razoável que a Câmara passe cinco meses debatendo um assunto muito relevante para o Brasil, para os trabalhadores e para os empreendedores, e o Senado seja obrigado a carimbar o texto aprovado na Câmara”, manifestou Alcolumbre durante sessão em plenário.

“Seria muito razoável se o Senado pudesse melhorar um texto com essa importância, se os senadores pudessem debater um

assunto dessa envergadura com calma, sem aqodamento, sem pressa”, ele completou.

Após a declaração de Alcolumbre, o senador Cleitinho (Republicanos-MG) pediu para que o presidente do Senado paute a PEC da Câmara dos Deputados. Apesar de ser de oposição, Cleitinho tem um histórico de se manifestar publicamente como favorável ao fim da escala de trabalho na jornada 6X1.

O parlamentar ainda reiterou que Alcolumbre aprovasse a proposta que chegou da Câmara porque há outras medidas no Senado semelhantes, como uma PEC encaminhada pelo próprio senador mineiro.

“Paute a [PEC] que veio da Câmara. Não paute outra, nem a minha nem outra. Se o trabalhador e o povo brasileiro querem essa que veio da Câmara, vamos debatê-la aqui e votar”, defendeu Cleitinho.

No dia seguinte que a Câmara aprovou a redução da jornada de trabalho, o presidente do Senado encaminhou para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado a PEC alternativa da oposição, que flexibiliza a jornada de trabalho, determinando que o empregado ganhe baseado em suas horas trabalhadas. Contudo, como confirmou o Correio, o presidente da CCJ, senador Otto Alencar (PSD-BA) comunicou que priorizará a PEC da Câmara.